



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



085

Habeas Corpus nº: 0204730-3
Comarca: Triunfo (Vara Única)
Impetrante: Bel. Gilson Pereira Leite
Paciente: Cícero dos Santos da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

5529

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Tese de não participação do acusado em um dos delitos que não cabe análise na estreita via do habeas corpus. Inteligência da Súmula nº 80 do TJPE. Alegação de constrangimento ilegal, por excesso de prazo. Inexistência. Dilação da instrução pela própria defesa, na demora em apresentar a defesa prévia. Suposta ilegalidade da preventiva. Inocorrência. Decreto devidamente fundamentado. Condições pessoais favoráveis não autorizam, por si sós, a liberdade do paciente. Súmula nº 86 do TJPE. **ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0204730-3 da Vara Única da Comarca de Triunfo-PE, em que figuram, como impetrante, o Bel. Gilson Pereira Leite e, como paciente, **CÍCERO DOS SANTOS DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de *junho* de 2010.

[Assinatura]
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



086

Habeas Corpus nº: 0204730-3
Comarca: Triunfo (Vara Única)
Impetrante: Bel. Gilson Pereira Leite
Paciente: Cícero dos Santos da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Gilson Pereira Leite, OAB-PE 10.924, em favor de **CÍCERO DOS SANTOS DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Triunfo-PE.

Consta dos autos que o réu foi preso preventivamente, no dia 19/08/2009, por suposta violação ao art. 15 da Lei 10.826/03 e art. 129, parágrafo 1º, II, do CP.

Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por encontrar-se preso preventivamente sem que, até o presente momento, tenha sido sequer ouvido e a instrução criminal iniciada (fls.02/54).

Além disso, segundo o impetrante, vem sendo atribuída injustamente ao paciente a prática de uma tentativa de homicídio contra a mesma vítima.

Salienta, também, que, quanto à primeira conduta, o paciente reconhece a sua realização, mas não pode ser responsabilizado por uma ação que não cometeu, no caso, a conduta descrita no art. 129, § 1º, II, do CP.

Ademais, acresce o impetrante que o paciente é uma pessoa trabalhadora, com bons antecedentes e com profissão definida.

Sendo assim, requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura, em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.16/54).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls. 61/62).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



087

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 537/2009, de 17 de dezembro de 2009 (fls. 63).

Em 14 de janeiro de 2010, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 028/2010, e juntou cópias de alguns documentos, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.67/78).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça Dr. Mário Germano Palha Ramos, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 82/84).

É o relatório.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



088

Habeas Corpus nº: 0204730-3
Comarca: Triunfo (Vara Única)
Impetrante: Bel. Gilson Pereira Leite
Paciente: Cícero dos Santos da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Mário Germano Palha Ramos

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a),

De plano, constato que os argumentos trazidos na inicial pelo impetrante não merecem guarida. Vejamos:

Inicialmente, quanto ao argumento de que o paciente assumiu a prática do delito do art. 15 da Lei nº 10826/03, mas não o do delito previsto no art. 129, § 1º, I, do CP, entendo que tais fatos não comportam análise na estreita via do *habeas corpus*, no qual, como é cediço, não cabe revolvimento de matéria probatória.

Neste sentido, destaco a **Súmula nº 80 deste Tribunal de Justiça**: "A *restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria*".

O impetrante também alega que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que, até a presente data, o mesmo não teria sido sequer inquirido.

Ocorre que, segundo informações da autoridade impetrada, verifica-se que o excesso de prazo, se existe, está sendo provocado pela própria defesa, uma vez que os autos estão aguardando a apresentação da defesa prévia.

Neste sentido:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

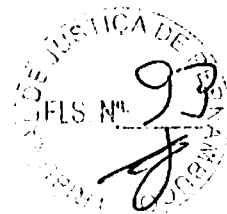


089

EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA OS COSTUMES. ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. Com o término da instrução, resta superada a alegação de excesso de prazo, consoante o entendimento firmado pelo STJ em sua súmula n.º 52: "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. Considerada, ainda, a contribuição da defesa para a demora processual, não há constrangimento apto a ensejar a concessão da ordem por esse fundamento. (...) Ordem denegada. (Habeas Corpus Nº 70032547812, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 28/10/2009).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. PROLONGAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL CAUSADA PELA DEFESA DO PACIENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 64 DO STJ. PROFISSÃO DEFINIDA E RESIDÊNCIA FIXA, POR SI SÓS, NÃO SÃO SUFICIENTES PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS QUE DEMONSTREM A PRIMARIEDADE E OS BONS ANTECEDENTES DO PACIENTE. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA DO ACUSADO. - DENEGAÇÃO DA ORDEM, POR UNANIMIDADE. 1. As informações contidas nos autos revelam, inequivocamente, que a instrução criminal foi retardada em razão da demora no oferecimento de resposta à acusação, não sendo lícito, em razão do princípio da razoabilidade, falar-se em excesso de prazo quando a própria defesa causou o alongamento da instrução processual. Impõe-se, portanto, na hipótese vertente, a aplicação da Súmula 64 do STJ que preconiza que não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo provocado pela defesa. 2. Residência fixa e profissão definida, por si sós, não são suficientes para a concessão de liberdade provisória quando presentes os «requisitos» autorizadores da prisão «preventiva». (...). (TJ-PE: HC nº 182763-6, Relator: Des. Gustavo Lima, Data da Publicação: 19/05/2009).

Melhor sorte também não teve a defesa quanto à ilegalidade da preventiva do paciente. Isto porque, analisando-se o decreto preventivo, verifico que o mesmo encontra-se devidamente fundamentado e com todos os requisitos legais exigidos.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

090

Outrossim, destaco que os predicados pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não constituem elementos que autorizem a concessão de sua liberdade. Neste sentido, destaco, inclusive, a Súmula nº 86 do TJPE:

"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial ad quem, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 02 de  de 2010


DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator